

**TERRAS INDÍGENAS**

# ONGs querem barrar empréstimo do Banco Mundial para o Brasil

**EMANUEL NERI**

Da Reportagem Local

Um empréstimo de US\$ 4,5 milhões do Banco Mundial é o segundo alvo de entidades de defesa dos índios contra o decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso que permite mudanças em demarcações de terras indígenas.

Os índios suruí, de Rondônia, se reuniram esta semana com uma equipe do Banco Mundial, em Porto Velho, e pediram a suspensão do empréstimo para o Projeto Planaflo, para programas ambientais e demarcações indígenas.

O Planaflo prevê a demarcação de 14 áreas indígenas em Rondônia. Os indígenas querem que o empréstimo seja suspenso enquanto o governo não revogar o decreto que alterou as demarcações de seus territórios.

O outro alvo dos indígenas e das ONGs (organizações não-governamentais) que atuam nessa

área é uma doação de US\$ 20 milhões do governo alemão para demarcações de terras indígenas. A Alemanha é o país que mais financia projetos indígenas no país.

Na última segunda-feira, indígenas foram recebidos pelo embaixador alemão no Brasil, Claus-Juergen Duisberg, e entregaram carta endereçada ao primeiro-ministro alemão, Helmut Kohl.

Os indígenas também pedem uma audiência com Kohl. Eles querem ir à Alemanha para pedir a suspensão do financiamento. Mas o embaixador da Alemanha disse que dificilmente isso ocorrerá.

O total de financiamento é US\$ 22 milhões —US\$ 20 milhões da Alemanha e US\$ 2 milhões do Banco Mundial. Para suspender o financiamento, os indígenas alegam que ele pode servir para demarcar áreas que posteriormente podem ser revistas. O embaixador alemão diz que o dinheiro atenderá áreas que não corram tal risco.

## Justiça quer perícia no MS

Da Agência Folha, em Campo Grande

A Justiça Federal em Mato Grosso do Sul determinou nova perícia na aldeia Panambizinho, em Dourados (MS). O pedido foi feito por advogados que representam as 38 famílias que serão desapropriadas caso a aldeia seja ampliada de 60 hectares para 1.240 hectares.

Em Panambizinho vivem 193 índios guaranis-caiuás. A decisão da Justiça data do último dia 15, mas foi comunicada anteontem aos advogados. A ampliação foi determinada pelo Ministério da Justiça no final de 95.